

Políticas públicas de desenvolvimento rural em Mazagão, Amapá, Brasil: uma análise do programa de fomento produtivo (PPI)

Public policies for rural development in Mazagão, Amapá, Brazil: an analysis of the productive development program (PPI)

Políticas públicas para el desarrollo rural en Mazagão, Amapá, Brasil: un análisis del programa de promoción productiva (PPI)

Martinho Felizardo Guimarães de Oliveira

Universidade Federal do Amapá
munifapap20@yahoo.com.br

Roni Mayer Lomba

Universidade Federal do Amapá
roni@unifap.br

Resumo

A agricultura familiar se caracteriza como aquela que utiliza a força intensiva do trabalho coletivo do seio familiar. Em Mazagão, município do estado do Amapá, a base da produção agrícola é familiar, representada por assentados e extrativistas, entre outros. O objetivo desta pesquisa é analisar como as políticas públicas podem fomentar melhores condições para o desenvolvimento das atividades produtivas, renda e melhores condições de trabalho, mas também como tais investimentos podem alterar os modos de vida das comunidades. Para realizar esta análise, recorreremos metodologicamente a uma revisão teórica sobre agricultura familiar, política pública e desenvolvimento rural, tendo também como base relatórios técnicos institucionais do setor rural amapaense, referentes ao Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI) no ano de 2022, em que as informações demonstram os quantitativos de operações, volume de financiamentos, número de entidades representativas e os perfis de atividades econômicas desenvolvidas. Entre os resultados, destaca-se que os investimentos obtidos foram no valor de R\$ 20.254.166,38, distribuídos em 19 associações/cooperativas que representam comunidades rurais de Mazagão, atendendo a 865 famílias que trabalham com agricultura familiar, manejo do açaí, mandiocultura, galinha-caipira e recria de camarão. Tal fato possibilitou uma mudança do modo de vida dos sujeitos locais, contribuindo com o incremento das atividades produtivas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PPI. Comunidades rurais.

Abstract

Family farming is characterized by using the intensive force of collective work within the family. In Mazagão, a municipality in Amapá state, the basis of agricultural production is family farming, represented by settlers and extractivists, among other things. This research aims to analyze how public policies can foster better conditions for productive activities development, income, and better working conditions, but also how such investments can alter the communities' ways of life. To carry out this analysis, we methodologically used a theoretical review of family farming, public policy, and rural development, as well as institutional technic reports from the rural sector in Amapá, referring to the Integrated Food Production Program (PPI) in 2022, in which the information shows the number of operations, the volume of financing, the number of representative entities and the profiles of economic activities developed. Among the results, it is worth noting that the investments

obtained amounted to R\$20,254,166.38, distributed among 19 associations/cooperatives representing rural communities in Mazagão, serving 865 families working in family farming, açai management, manioc farming, free-range chicken and shrimp breeding. It has made it possible to change the way of life of local people, contributing to an increase in productive activities.

Keywords: Family farming. PPI. Rural communities.

Resumen

La agricultura familiar se caracteriza por utilizar la fuerza intensiva del trabajo colectivo dentro de la familia. En Mazagão, municipio del estado de Amapá, la base de la producción agrícola es la familia, representada por colonos y extractivistas, entre otros. El objetivo de esta investigación es analizar cómo las políticas públicas pueden promover mejores condiciones para el desarrollo de actividades productivas, ingresos y mejores condiciones laborales, pero también cómo dichas inversiones pueden cambiar las formas de vida de las comunidades. Para realizar este análisis, recurrimos metodológicamente a una revisión teórica sobre agricultura familiar, políticas públicas y desarrollo rural, basada también en informes técnicos institucionales del sector rural de Amapá, referidos al Programa de Producción Integrada de Alimentos (PPI) en el año 2022, en que la información demuestra la cantidad de operaciones, volumen de financiación, número de entidades representativas y los perfiles de actividades económicas realizadas. Entre los resultados, se destaca que las inversiones obtenidas ascendieron a R\$ 20.254.166,38, distribuidos en 19 asociaciones/cooperativas que representan comunidades rurales de Mazagão, atendiendo a 865 familias que trabajan con agricultura familiar, manejo de açai, cultivo de yuca, libre- cría de pollos y camarones en pastizales. Este hecho permitió un cambio en la forma de vida de la población local, contribuyendo al incremento de las actividades productivas.

Palabras clave: Agricultura familiar. IPP. Comunidades rurales.

Introdução

Esta pesquisa trata da importância do Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI) como política pública aplicada pelo Governo do Estado do Amapá (GEA), em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que por meio dos recursos do Fundo do Desenvolvimento Rural (FRAP) age como instrumento para o desenvolvimento produtivo de atividades econômicas de comunidades rurais.

Neste caso, analisamos como o FRAP foi aplicado no município de Mazagão, que fica localizado na região sul do Amapá, com uma população rural estimada em 11.331 pessoas, o que corresponde a 48,62% do total de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2023; SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO [SEPLAN], 2021). Tomamos como recorte o ano de 2022, por conta da maior disponibilização de recursos financeiros do PPI nos últimos anos para o desenvolvimento rural do estado.

O emprego de políticas públicas como ferramenta de mudança de uma realidade social torna-se essencial para reconfigurar o funcionamento e o desenvolvimento baseados nas amenidades territoriais. No caso de uma comunidade rural ribeirinha, a alocação de recursos e

investimentos propicia o fomento de atividades produtivas e, conseqüentemente, a geração de renda e melhora da qualidade de vida da população.

A disposição por parte do Poder Público em criar programas para o desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais e ainda disponibilizar apoio e acompanhamento técnico de órgãos públicos de assistência rural, com vistas a apoiar o desenvolvimento de projetos produtivos executados por entidades representativas locais, possibilita efetivamente a formatação de projetos que acessem os recursos disponíveis para o setor primário, por exemplo, incentivo a atividades agrícolas, criação de aves, pesca e manejo, arranjos característicos da agricultura familiar.

Há necessidade de formular políticas públicas que funcionem como instrumentos indutores de desenvolvimento para que se fomente a agricultura familiar enquanto categoria relevante para o desenvolvimento rural, sendo que essas políticas afetaram diretamente a organização social e política das comunidades rurais, refletindo nas atividades produtivas gerenciadas pelos grupos familiares (pequenos produtores com mão de obra normalmente familiar), o que envolve um olhar tridimensional (social, econômico e ambiental/ecológico), com base na sustentabilidade da agricultura familiar (PEREIRA, 2019).

Ao se discutir agricultura familiar, muitas são as concepções, interpretações e propostas, fato esse que mostra sua importância como categoria social nos estudos sobre agricultura brasileira.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1997, p. 2)

Para Abramovay (1997), o conceito de agricultura familiar também coaduna como sendo aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de união (casamento). Ficam nítidas três questões essenciais para a compreensão do conceito, que se centram no que o autor chama de atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

Para Souza (2006, p. 26), “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Isso pode ser visto no PPI enquanto política pública que funciona como instrumento, visando ao fortalecimento do setor rural amapaense e promovendo a agricultura familiar por meio da introdução e inovação de tecnologias que melhorem a eficiência produtiva com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A questão orientadora deste estudo é analisar os impactos nas comunidades rurais decorrentes do PPI, elencando a quantidade de entidades representativas rurais do município de Mazagão que foram contempladas com recursos e as respectivas atividades produtivas desenvolvidas, tendo como referência os investimentos realizados nos arranjos produtivos acessados pela Associação dos Trabalhadores Extrativistas das Comunidade do Curuçá e do Furo do Maracá (ASTEMAC) e pela Cooperativa dos Produtores do Maracá (COOPMARACÁ).

O estudo parte de uma pesquisa qualitativa, devido analisar relatórios técnicos referentes a informações no ano de 2022, por conta de ter sido o maior edital de chamamento público lançado ao longo da história do programa, sendo verificadas também as informações referentes a quantitativos de operações, volume de financiamentos, número de entidades representativas e perfis de atividades econômicas desenvolvidas.

Para efeito de método empregado na pesquisa, segue-se o dialético com abordagem holística, que “estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais” (GIL, 2008, p. 33), fato esse tendo como ponto de análise o PPI, que insere uma perspectiva externa dentro de uma categoria social que é a agricultura familiar, a qual remodela suas configurações social, política e econômica.

Destaca-se que uma série de investimentos foi realizada, totalizando o valor de R\$ 20.254.166,38¹, distribuídos em 19 associações/cooperativas que representam comunidades rurais de Mazagão, atendendo a 865 famílias que trabalham com agricultura familiar, manejo do açaí, mandiocultura, galinha-caipira e recria de camarão. Isso possibilitou uma mudança do modo de vida dos sujeitos locais, contribuindo com o incremento das atividades produtivas e com a perspectiva aparente de desenvolvimento.

Material e métodos

Compreende-se a Amazônia numa premissa de um território vasto, com riqueza em biodiversidade e áreas territoriais dispersas com baixa densidade demográfica e econômica, o que configura um imaginário de território a se desenvolver. Essa visão é resultante de um olhar retrógrado característico de interesses políticos e econômicos dos detentores de capital (PORTO-GONÇALVES, 2012).

¹ Esse valor corresponde a US\$ 4.183.621,41, tendo como base o conversor do Banco Central do Brasil, data de cotação 28 dez. 2023.

Refutar esse olhar possibilita entender a Amazônia a partir da complexidade e heterogeneidade dos arranjos produtivos e daqueles que aqui já habitavam e ocupavam a região em contraposição à dinâmica de próteses econômicas implantadas com vistas ao desenvolvimento.

O modelo de “desenvolvimento” definido e em curso na Amazônia segue a lógica da dominação e da produção do capitalismo mundial, centrada na integração globalizada dos países à economia internacional, que assegura a permanência das desigualdades estruturais nos processos de produção e de exploração do trabalho, gerando pobreza e ainda maior reconcentração da riqueza. A pilhagem dos recursos naturais, a usurpação de territórios, o autoritarismo dos processos e a burla aos direitos garantidos constitucionalmente, em benefício do grande capital, estão a exigir de fato o fortalecimento dos vínculos horizontais, dos dominados ou subalternizados, em processos de resistência que aliem os interesses destes em grande escala. (BRITO; CASTRO, 2018, p. 70)

O modelo de ocupação na Amazônia, centrado num padrão de estrada-terra-firme-subsolo, evidenciou a premissa de interesse capitalista de exploração e consumo dos recursos naturais por meio de ajustes espaciais no território, como a construção de estradas, portos e hidrelétricas, o que impactou agressivamente o meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2012; TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Essa trajetória histórica, econômica e social da Amazônia, marcada pela exploração e apropriação de seus recursos naturais e pela marginalização dos amazônidas, mostra a nítida relação em atender aos interesses do capital legitimado pelo Estado, em especial nos governos militares, que adotavam um discurso de integração da região no cenário nacional e internacional.

Refutar esse olhar colonizador e de espoliação para a Amazônia é necessário, sendo importante compreender a totalidade complexa que o território amazônico possui e mostrar como as relações sociais das pessoas, entre si e com a natureza, são importantes. É nesse contexto que a agricultura familiar se apresenta como categoria social de análise que se contrapõe à lógica do mercado (do agronegócio – *commodities*), pois se volta a atividades de produção de alimentos que contribuem para o desenvolvimento.

Essa compreensão sobre o papel da agricultura familiar enquanto responsável pela dinâmica produtiva alimentar com preços mais baratos e de produtos com maior qualidade para sociedade possibilita a sua reprodução enquanto categoria social e a mantém ativa na sociedade capitalista (ABRAMOVAY, 1992).

Na Amazônia, “os principais agentes sociais que compõem o mosaico amazônico, destacam-se os povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, entre outras” (CHAVES; LIRA, 2016, p. 74). Cada agente configura uma realidade de identidade peculiar em sua organização social, cultural e política, sendo essencial para compreender a relação em comunidade (FERNANDES; MOSER, 2021).

Nierdele e Schneider (2008) ressaltam que, devido à extensão territorial, contexto histórico-social e nível de interação de diferentes ecossistemas, acaba-se por imprimir a existência de uma diversidade significativa de agricultores familiares, que são chamados, conforme o seu território de atuação, de sitiantes, ribeirinhos, posseiros ou colonos, entre outros termos (GRANDO, 2023).

A organização desses agentes (agricultores familiares) na Amazônia se formata em comunidades normalmente denominadas de ribeirinhas, caracterizadas como população tradicional que possui relação direta com a natureza, que é a base de sua sobrevivência e de sua identidade (CHAVES, 2001).

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores. (CHAVES, 2001, p. 72)

Entende-se que esses traços e as práticas cotidianas desenvolvidas por um grupo social em dado território evidenciam um modo de vida, como pode ser visto na citação a seguir:

[...] Corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida. Essas práticas cotidianas decorrem da história e da posição que o grupo ocupa na sociedade e da forma específica que assegura a sua reprodução social. [...] os hábitos e preferências de um grupo são expressos por intermédio de um conjunto constituído de objetos pelos meios de sustento, vestimenta, habitação, instrumentos e armas. [...] Seus hábitos se tornam ritos, reforçados por crenças e superstições. (MARQUES, 1994, p. 17)

A forma como a autora caracteriza esse modo de vida decorre do conjunto de atividades espirituais e materiais feitas ao longo das gerações e essa dinamicidade peculiar garante a reprodução social do grupo em comunidade. É importante destacar que esse viver coletivo consolida-se pela tradição e sofre com ações internas e das externalidades que afetam o seu modo de vida, como é o caso de políticas que, ao introduzirem técnicas modernas, circulação de capital e de mercadorias, podem levar às transformações no modo de existência (LOMBA; FONSECA, 2017).

Para Silva (2023, p. 235), “no contexto amazônico, a agricultura familiar possui singularidades quanto aos recursos de (re)produção, a qual, para além da terra, também utiliza o rio como fundamental meio de produção, e sobre o qual é muito comum o deslocamento dos agricultores”, em que esse uso do rio pelo ribeirinho caracteriza um modo particular de vida do amazônida.

O uso do rio como viés econômico no exercício de atividades como a pesca, ou o cultivo da mandioca para produção de farinha, segue uma dinâmica econômica pautada no consumo local e comercialização do excedente produzido (uma relação formatada em mercadoria-mercadoria e/ou mercadoria-dinheiro-mercadoria), sendo que a maior inserção da agricultura familiar no mercado evidencia uma dinâmica de uso do valor monetário (marcada pelo uso da moeda).

Por conta desse cenário, o rio na Amazônia torna-se essencial tanto pelo seu curso quanto pela representatividade para a produção familiar, pois envolve a vida de trabalho pulsando como “sangue que alimenta o corpo e a terra, seu leite e sua superfície” (FERREIRA, 2021, p. 20), que acarreta uma microeconomia mercantil que permite ao agricultor familiar uma perspectiva de renda que ajuda na manutenção do seu cotidiano em comunidade.

Nesse sentido, políticas públicas para a agricultura familiar amapaense acabam por causar mudanças nas formas de organização política e social das comunidades rurais. Nesse sentido, o PPI foi criado e organizado como forma de desenvolvimento socioeconômico que, por meio dos desembolsos financeiros, tem a perspectiva de melhoria produtiva, bem como a intenção de promover a qualificação tecnológica das famílias envolvidas no processo produtivo.

Resultados e discussão

As políticas públicas consistem num conjunto de atividades em que os governos agem com o objetivo de mudar sua economia e uma realidade social indistintamente, consistindo, nesse caso, numa plataforma forjada em programas de desenvolvimento, como pode ser exemplificado nas ações do PPI do GEA.

Entre os municípios que participaram do PPI referente ao Edital Safra 2022/2023, Mazagão foi um dos participantes mais ativos no que concerne ao acesso a recursos financeiros a partir de projetos produtivos via entidades representativas das comunidades rurais do município, possibilitando o fomento produtivo de atividades rurais locais.

O município de Mazagão², localizado a 33,7 km da capital Macapá, possui uma área geográfica que corresponde a 13.294,778 km², o que equivale a 2,56% da área do estado do Amapá, e faz limite com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal e Vitória do Jari, sendo o segundo município mais antigo, criado pela Lei nº 226, de 28 de novembro de 1890 (MELO, 2017).

² Conforme dados da SEPLAN (2021). O município teve origem em 28 de novembro de 1890, pela Lei nº 226. Conta com uma população estimada de 22.468 habitantes (sendo 51,38% na zona urbana e 48,62% na rural), sendo o quinto maior colégio eleitoral do Amapá, conforme dados do IBGE/AP – Cidade e estados – Mazagão código: 1600402; população estimada no ano de referência 2021 (IBGE, 2023).

Na Figura 1 visualiza-se a área de referência de estudo deste trabalho, o município de Mazagão, Amapá.

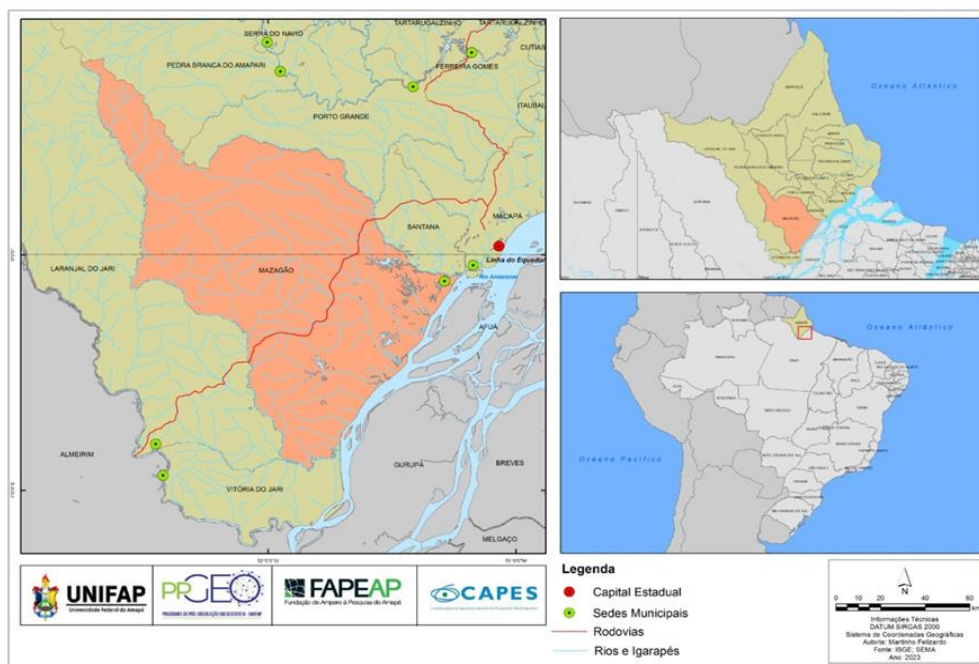


Figura 1 – Município de Mazagão.

Fonte: Organizado pelo autor e elaborado por Jesus (2023).

As políticas para o desenvolvimento rural amapaense perpassam pela execução de programas nacionais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Desenvolvimento do Extrativismo no Amapá (Proextrativismo) (QUARESMA, 2023; SARAIVA, 2019), entre outras políticas específicas locais.

O Amapá, em termos recentes, criou os seguintes programas para a agricultura familiar: Programa Territorial da agricultura Familiar e Floresta (PROTAF), com o objetivo de promover a diversificação da produção agrícola amapaense, além da recuperação das áreas degradadas, tornando-as possíveis de utilização; e, em destaque, o PPI, voltado para atender às necessidades dos agricultores familiares a partir da introdução de tecnologias no processo produtivo (QUARESMA, 2023; SARAIVA, 2019). Esses programas destinam aplicação direta de recursos públicos, visando permitir o desenvolvimento de atividades produtivas rurais.

O GEA, de maneira mais efetiva, vem trabalhando ações voltadas para o incremento de safras desde 2020 pelo PPI, com a premissa de investir e fortalecer o setor primário amapaense, isso devido ao programa ter maior viabilidade no que concerne a acesso para a comercialização governamental, simplificação no acesso ao crédito e maior garantia dos recebimentos de pagamento, buscando focar em atender aos interesses dos agricultores (SARAIVA, 2019).

O PPI é uma política pública instituída pelo GEA e implementada pela SDR, que visa promover o fortalecimento da agricultura familiar pautado na organização dos produtores e na introdução e inovação de tecnologias que melhorem a eficiência produtiva com baixo impacto ambiental, bem como almeja promover a qualificação tecnológica das famílias envolvidas no processo produtivo.

No estado do Amapá, o PPI desponta como uma política pública essencial ao fortalecimento da agricultura familiar, do extrativismo vegetal, da criação de animais de grande e pequeno porte e da aquicultura, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, gerar renda e emprego e ainda reduzir impactos ambientais (desmatamento e queimadas) provenientes da prática da agricultura itinerante.

Para Quaresma (2023, p. 89),

O programa de produção integrada de alimentos (PPI), tem uma nova configuração voltada para a agroindústria desde 2021, com suporte do FRAP ao agricultor vinculado às Cooperativas e Associações. É um programa com equipe multidisciplinar, envolvendo técnicos de outras instituições. Foi a forma de inovar o programa, com o objetivo de alcançar de forma efetiva as comunidades dos 16 municípios.

A partir da compreensão da dinâmica do PPI, observa-se que os valores são disponibilizados por editais públicos, sendo que o último edital 2022/2023³ correspondeu ao montante inicial de R\$ 26.469.649,94, consistindo no maior investimento inicial feito no programa (AMAPÁ, 2022).

As deliberações do PPI são feitas de forma gradativa e escalonada, conforme o projeto físico-financeiro de cada contemplado, tendo como propósito modernizar o processo produtivo, alavancá-lo com o uso de insumos e dispor de equipamentos necessários para o funcionamento eficaz de atividades primárias da economia amapaense (AMAPÁ, 2022).

Segundo o relatório técnico do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), o PPI, até o mês de fevereiro de 2023, aprovou a liberação do valor de R\$ 68.724.941,15, superando em 259% a proposta inicial (AMAPÁ, 2022; RURAP, 2023).

Destaca-se que o município de Mazagão, devido à significativa participação no processo de acesso aos recursos disponibilizados pelo PPI em 2022, alcançou o total de R\$ 20.254.166,38, beneficiando 19 comunidades rurais locais com 36 projetos relacionados à agricultura familiar (mandiocultura), manejo do açaí, galinha-caipira e recria de camarão, atendendo a cerca de 865 famílias.

³ Edital de Chamamento Público nº 001/2022 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) – e Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 0060, de fevereiro de 2022. *Diário Oficial* nº 7.678, 30 de maio de 2022 (AMAPÁ, 2022; SDR, 2023).

Visualiza-se na Tabela 1 a disposição dos montantes liberados.

Tabela 1 – Montantes acessados pelo PPI pelo Polo Regional Sul Município de Mazagão.

Municípios	Arranjo produtivo	Projetos	Famílias atendidas	Valor (R\$)
Mazagão	Galinha-caipira	01	10	123.421,30
	Mandiocultura	04	80	977.507,20
	Manejo de açaí	17	425	6.762.353,50
	Recria de camarão	14	350	12.390.884,38
Subtotal		36	865	20.254.166,38

Fonte: Adaptado de RURAP, 2023.

Os dados apresentados, decorrentes dos investimentos do PPI, mostram um significativo investimento na agricultura familiar nas comunidades rurais de Mazagão em 2022, em que os investimentos acessados visam minimizar o estigma do setor primário amapaense, ainda marcado por baixo padrão tecnológico, limitados investimentos para exploração de atividades produtivas rurais e incipiência na dinâmica comercial no estabelecimento de parcerias de mercado (LOMBA; SILVA, 2014; SARAIVA, 2019).

A perspectiva com o PPI reafirma a importância que a agricultura familiar possui no Amapá como um instrumento ativo que incentiva o trabalhador no campo a continuar a desenvolver suas atividades produtivas rurais, para que assim se minimize sua saída da área rural e com isso haja uma contínua produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar das famílias diretamente envolvidas nesse contexto (LOMBA; SILVA, 2014; SARAIVA, 2019).

Ao se observar a dinâmica do PPI em Mazagão, nota-se que os 36 projetos produtivos desenvolvidos, conforme expresso na Tabela 1, acabam por se concentrar em quatro arranjos produtivos, sendo concentrada no arranjo produtivo do manejo de açaí a maior quantidade de projetos e de produtores atendidos, em que cada projeto corresponde ao valor de R\$ 397.785,50.

A proposta é estabelecer uma base agrícola produtiva que possa incentivar os agricultores e suas famílias a se consolidarem no local e, assim, dispor de uma atividade produtiva que gere renda, que possibilite melhor produção, tendo assim abertura para novos canais com melhor distribuição dos insumos produzidos, contribuindo para que o produtor rural possa ficar no campo, no caso, nas áreas ribeirinhas – o concerne aqui às atividades de manejo de açaí.

Superti (2011) destaca que as políticas públicas devem ser construídas com planejamento, a fim de atender às particularidades locais de maneira integral, e não parcial, considerando os anseios das comunidades, mas que a realidade evidencia uma incipiência nos benefícios, como a questão da infraestrutura básica para o incremento produtivo e social. Esse fato implica problemáticas em escoamento de produtos da área rural amapaense.

Nos projetos de recria de camarão, cada projeto correspondeu ao valor de R\$ 885.063,17, o que atingiu diretamente a 350 famílias produtoras e se figurou no maior montante de recursos entre as atividades financiadas. Observa-se que a atividade teve como objeto a aquisição de insumos (ração e farelo, entre outros) e, ainda, equipamentos (apetrechos, gaiolas, equipamentos de proteção individual e maquinários), itens essenciais a um aprimoramento da atividade produtiva. Visualiza-se na Figura 2.



Figura 2 – Gaiola (A), gaiola/apetrechos (B), matapi (C) e roçadeiras (D).
Fonte: Amapá, 2022.

Constatou-se também que, com esses projetos de recria de camarão, foi associada a aquisição de *kits* de energia solar, devido às comunidades financiadas não possuírem eletricidade de maneira contínua. Por conta disso, o fomento de energia solar se fez necessário para assegurar que a atividade produtiva pudesse ter como acondicionar os produtos para consumo e venda de excedente, garantindo assim a entrega do produto com qualidade.

As atividades de criação de animais e agrícola (mandiocultura) também se apresentam como arranjos produtivos característicos da região. Destaca-se que cada projeto de mandiocultura correspondeu ao valor de R\$ 244.376,80, beneficiando diretamente 20 agricultores. Observa-se que o cultivo da mandioca possibilita um diferencial devido à versatilidade do produto, podendo ser gerada também a farinha, item bastante comum e de valor para região.

A disposição desses recursos possibilita o incremento produtivo nas comunidades contempladas, mas também abre campo para o debate sobre a efetividade da política pública

proposta com o PPI, que acaba por reconfigurar o território por meio de novas dinâmicas produtivas, relações sociais, relações de trabalho, relações de poder e mudança na paisagem tradicional ribeirinha, como a inserção de voadeiras metálicas substituindo as de madeira, o motor substituindo o remo e as placas solares ao lado das moradias, por exemplo, entre outros aspectos.

O acesso a esses recursos para atividades produtivas ocorreu a partir das entidades representativas, ou seja, organizações sociais que integram as diversas comunidades rurais de Mazagão, em que foram contempladas diretamente 19 entidades representativas entre associações e cooperativas, sendo que algumas tiveram acesso a mais de um projeto produtivo, implicando maior efetividade no desenvolvimento dos arranjos. Visualiza-se no Quadro 1 a relação dessas entidades.

Quadro 2 – Relação de entidades e respectivas atividades produtivas.

Entidade representativa	Atividade
Associação de Mulheres Agroextrativistas dos Moradores do Furo do Maracá Assentamento PAE Maracá (AMGROEX-FMAP)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas do Município de Mazagão (ATTAMZ)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação de Moradores e Produtores da Reserva Agroextrativista do Baixo Cajari (AMPRAEX – CA)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação de Agronegócios Extrativistas das Comunidades do Maracá (ASECOM)	Manejo de açaí Recria de camarão
Cooperativa dos Moradores Agroextrativistas da Reserva do Baixo Cajari (COOPEMARCA)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação dos Moradores Agroextrativistas do Rio Beija-Flor (AMGROEX-RFB)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação de Moradores Agroextrativistas do Rio Cajari (AMAEX-CA)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação de Moradores Agroextrativistas do Rio Ajuruxi (AMAEJU)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação das Mulheres Agricultoras do Assentamento Piquiazal e Ramal do Caimipi (AMAPC)	Manejo de açaí Mandiocultura Galinha-caipira
Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho (AMPAFOZ)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Santo Antônio do Ajuruxi e Reserva Cajari de Mazagão (AMAJUCAP)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação de Mulheres do Baixo Cajari – Reserva Extrativista do Rio Cajari (AMBAC)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação dos Agricultores do Assentamento do Piquiazal (ASAPI)	Manejo de açaí
Associação dos Trabalhadores Extrativistas das Comunidade do Curuçá e do Furo do Maracá (ASTEMAC)	Manejo de açaí Mandiocultura
Associação Agroextrativista dos Moradores do Rio Mutuaca Município de Mazagão Velho (ASEMAZA)	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação São João	Manejo de açaí Recria de camarão
Associação dos Produtores e Produtoras Agroextrativistas do Distrito	Mandiocultura

de Mazagão Velho (APADMV)	
Associação da Escola Família Agroextrativista do Maracá (AEFAEX-MA)	Mandiocultura
Cooperativa dos Produtores do Maracá (COOPMARACÁ)	Manejo de açaí Recria de camarão

Fonte: RURAP, 2023.

Aparentemente, o PPI conseguiu estimular a organização de entidades representativas com o propósito de serem contempladas no acesso a recursos, investindo assim nas respectivas comunidades rurais que representam. A Figura 3 mostra o escopo que se propõe com o PPI Safra 2022/2023.



Figura 3 – Escopo do PPI Safra 2022/2023.

Fonte: Elaboração dos autores.

A pesquisa propiciou identificar que o PPI estimulou a organização dos agricultores familiares via entidades representativas; para efeito de destaque, tem-se a ASTEMAC (manejo de açaí e mandiocultura) e a COOPMARACÁ (manejo de açaí e recria de camarão), sendo as primeiras entidades que obtiveram acesso a recursos para atividades produtivas.

A ASTEMAC foi contemplada com dois contratos relacionados às seguintes atividades econômicas: 1) manejo de açaí, no valor de R\$ 397.785,50, que atendeu a 25 agricultores/extrativistas; e 2) mandiocultura, no valor de R\$ 244.376,80, que atendeu a 20 agricultores. Os recursos foram liberados até o final do ano de 2022 de maneira integral e o

desembolso ocorreu via carta de crédito, ou seja, o beneficiário recebe direto do fornecedor os produtos, insumos e equipamentos necessários para o desenvolvimento da atividade produtiva.

O uso da carta de crédito consiste num modelo proposto que busca maior efetividade na aplicação dos recursos aprovados, ou seja, os recursos são pagos diretamente aos fornecedores, cabendo a eles entregar aquilo que foi combinado. Contudo, essa dinâmica acarreta determinadas ocorrências que atrapalham o fluxo, como a questão da demora do pagamento feito aos fornecedores por parte do Poder Público, o que acaba em alguns casos retardando a entrega dos produtos aos agricultores.

A ASTEMAC acessou o valor de R\$ 642.162,30, contemplando 45 agricultores, propiciando assim uma questão importante no que concerne ao acesso a crédito, problema que atinge a agricultura familiar. Ainda, destaca-se que os recursos liberados do PPI seguem uma premissa de investimento de caráter não reembolsável, ou seja, o tomador do crédito não paga (não retorna o valor recebido).

Mesma dinâmica aconteceu na COOPMARACÁ, que foi contemplada com recurso no valor de R\$ 883.144,25 para recria de camarão em cativeiro, que atendeu a 25 produtores rurais, e ainda acessou o valor de R\$ 397.262,50 para atender a 25 famílias extrativistas (atividade de manejo de açaí).

Destaca-se que a recria de camarão foi associada à disponibilização de energia solar, por conta da ausência de eletricidade na comunidade de maneira ininterrupta. A disponibilização das placas solares possibilitou armazenar a produção para consumo e comercializar o excedente gerado. Essa dinâmica de energia solar impactou tanto a paisagem, transformando o ambiente com as placas solares na frente e nos redores das casas, quanto os conflitos, porque os demais financiados de outros arranjos produtivos não acessaram esse tipo de recurso.

O PPI é mais uma política necessária para o desenvolvimento rural que visa ao incremento da agricultura familiar e reforça a premissa de Lomba e Silva (2014), que afirmam que o setor rural amapaense necessita de políticas públicas para seu incremento e que esse ainda é caracterizado por atividades produtivas de subsistência (autoconsumo), em que uma pequena parte excedente se volta para o mercado fora da comunidade.

Os impactos das políticas públicas apontam uma reconfiguração na qualidade de vida dos agricultores familiares, que, ao serem contemplados, propiciam geração de emprego, movimentação econômica, acesso a novos mercados e incremento de atividades conforme as amenidades locais, interferindo na dinâmica cultural das comunidades rurais (AZEVEDO; PESSÔA, 2011; FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012).

Contudo, algumas limitações referentes à dinâmica do PPI foram identificadas, sendo necessário prover ajustes como a questão do conhecimento acerca do funcionamento do programa por parte dos beneficiários, maior assistência técnica rural para apoiar na construção dos projetos, atrasos por parte do Estado em liberar os recursos, demora dos fornecedores em disponibilizar os produtos e serviços necessários à execução do programa e, principalmente, maior efetividade no acompanhamento em cada projeto produtivo financiado, a fim de mensurar o êxito do programa.

Esses ajustes nessas limitações do PPI implicam o anseio de fortalecer a agricultura familiar para gerar maior satisfação dos beneficiários. Essas medidas, como em qualquer política voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, necessitam de ajustes, de acompanhamento sistemático, de continuidade para estarem alinhadas e adaptadas ao uso correto dos recursos, conforme o local a serem aplicados (MEDINA; NOVAES, 2014; SARON; HESPANHOL, 2012; SIMÃO; SILVA; SILVEIRA, 2014).

A aplicação dos recursos do PPI acessados pela ASTEMAC e pela COOPMARACÁ propiciou a disposição de recursos técnicos (equipamentos e tecnologias) e insumos (apetrechos e matéria-prima) para que se aprimore o processo produtivo daqueles envolvidos na agricultura familiar e, assim, se crie uma expectativa melhor de desenvolvimento para o setor rural amapaense.

É nítido que a internalização das externalidades geradas pelo capital, derivada do PPI, incrementa, remodela e transforma a política as comunidades rurais ribeirinhas, no que tange à valoração da terra enquanto propriedade privada voltada para a produção (mercantilização da terra), a troca e, principalmente, a venda de mercadorias, em que a dinâmica tradicional de produção se altera e começa uma nova relação/cadeia de valoração comercial na vida das pessoas na comunidade, tornando-se cada vez mais objetiva e prática.

As dinâmicas produtivas e sociais nas comunidades rurais da ASTEMAC e da COOPMARACÁ passaram por remodelações como a questão do uso das placas solares (propiciando energia para aquele grupo de produtores rurais), o uso de bateadeiras de aço elétricas, o uso de *freezer* para acondicionar os produtos e o uso de cascos de alumínio com motores de maior potência (em substituição aos barcos de madeira). Esses equipamentos, acessados por meio do PPI, implementam uma alteração nos padrões tradicionais de autoconsumo para um viés mais moderno, com perspectivas de geração de excedente e modificação de mercado.

Muitas são as questões a se analisar e compreender quando uma política pública entra em ação, buscando fomentar um setor de significativa importância produtiva, social e econômica, como é o caso da agricultura familiar amapaense. Mas é justamente por meio de políticas e programas desse formato que se tem a melhor alternativa de incentivar um setor de importância histórica e de representatividade singular para o desenvolvimento rural.

Conclusões

A importância da agricultura familiar como atividade essencial se justificativa tanto pelo nível produtivo, sendo capaz de contribuir de modo efetivo para a produção de alimentos, quanto pela necessidade de mantê-la ativa por conta de estabelecer uma lógica de sustentabilidade com os ecossistemas e conservação da biodiversidade, com a utilização de recursos e técnicas que possibilitem seu incremento de modo mais harmonioso com a natureza.

A proposta do PPI como política pública nas comunidades rurais no município de Mazagão traz em seu bojo a sustentabilidade atrelada ao fomento da agricultura familiar no que concerne a atividades condizentes com a dinâmica produtiva local, o que instiga uma premissa de microeconomia que também alterou a dinâmica das práticas vivenciadas nas comunidades.

É a partir da execução de políticas como o PPI que se buscam soluções produtivas que possam contribuir para atender aos interesses da agricultura familiar amapaense, mas para isso é necessária a participação mais efetiva das entidades representativas do setor, dos movimentos e dos próprios agentes na construção do programa, e até mesmo na forma de executá-lo para que se possa ter maior efetividade nos resultados pensados.

Ainda se observa que as políticas públicas para o desenvolvimento rural amapaense, como o PPI e as demais, devem ser construídas e executadas com o viés de prover a emancipação do setor, contribuindo para sua autonomia e crescimento, almejando romper com o estigma paternalista e assistencialista das ações políticas que o Estado desenvolve, em decorrência da cultura próxima de ex-território federal vivenciada até poucos anos atrás.

Destaca-se que ainda existem questões a serem levantadas e analisadas em trabalhos futuros; esse processo de construção científica deve ocorrer de forma contínua e com perspectivas diversas no decorrer do fazer pesquisa, ainda mais numa temática de relevância social, política e econômica na sociedade amapaense.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá/Fundação Tumucumaque (FAPEAP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela disponibilização de bolsa de pesquisa.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Uma nova extensão para agricultura familiar. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. **Anais....** Brasília: PNUD, 1997. p. 137-157.

AMAPÁ. **Diário Oficial do Estado do Amapá**, Macapá, Poder Executivo, seção 1, n. 7.678, 2022.

AZEVEDO, F. F; PESSÔA, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, 2011.

BRITO, R.; CASTRO, E. Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, dossiê, p. 51-73, 2018.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/204296>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CHAVES, M. do P. S. R.; LIRA, T. de M. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan.-mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 532-541, set.-dez. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/?format=pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERREIRA, R. B. **A luta pelo significado**: a constituição política do Entremeio(s) no mundo-da-vida. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDO, F. **Desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas para a agricultura familiar**: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – no município de Toledo/PR. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Brasil/Amapá/Mazagão, [s.l.], 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

INSTITUTO DE EXTENSÃO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ. **ATEF nos projetos do PPI**. Ofício nº 230201.1660.0004/2023 DDF – RURAP. Macapá: GEA, 2023.

LOMBA, R. M.; FONSECA, M. B. da S. Modos de vida ribeirinho na comunidade Foz do Rio Mazagão – Mazagão (AP/Brasil). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 257-276, 2017. DOI: 10.5216/ag.v11i1.35381. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/35381>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. O crédito rural na agricultura familiar no estado do Amapá – Brasil. **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. 2, p. 20-36, 2014.

MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MEDINA, G.; NOVAES, E. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 15, n. 2, p. 385-397, 2014.

MELO, L. P. de. **Avaliação da adoção e impactos do sistema de agricultura com uso de corte e queima no município de Mazagão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

NIERDELE, P. A.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed. téc.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 989-1014.

PEREIRA, H. dos S. Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. *In*: SILVA, L. de J. de S.; PINHEIRO, J. O. C.; MUNIZ, A. W. (Org.). **Pesquisa e agricultura familiar: intercâmbio de ações e conhecimentos para transferência tecnológica na Amazônia**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2019. p. 67-77.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUARESMA, P. F. **Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR): desempenho institucional nas políticas de comercialização da agricultura familiar no Amapá**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

SARAIVA, O. do N. **Políticas públicas e agricultura familiar: estudo de caso da comunidade Vila Ressaca da Pedreira**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL. **Relatório de prestação de contas Programa de Produção Integrada de Alimentos – PPI, safra agrícola 2021/2022**. Macapá: SDR/GEA, 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Síntese de informações socioeconômicas do município Mazagão**, 2021. Macapá: SEPLAN, 2021. Disponível em: <https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_76f00ee7e7f65afc4c459542d3a01d.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, I. C. da. Agricultura familiar na região do Alto Juruá-AM. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 110, p. 233, 2023. Disponível em: <<https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3129>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SIMÃO, G. L.; SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 533-548, 2014.

SOUZA, C. M. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos – NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 303-320, dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/595/1009>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 3-22, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11281/7767>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: ENCONTRO DE PESQUISA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NOS TABULEIROS COSTEIROS DE SERGIPE*, 2., 1997, Aracaju. **Anais....** Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997. p. 9-57.